

FMI negociou com o Brasil 13 vezes

Na maioria dos casos, os desembolsos foram inferiores aos volumes de recursos combinados

DENISE NEUMANN

Entre cartas de intenção, acordos, acertos e desacertos, Brasil e Fundo Monetário Internacional (FMI) concluíram negociações em 13 oportunidades. A primeira foi em 1958, com Juscelino Kubitschek, e a última em 1992, com Fernando Collor de Mello. Na grande maioria das vezes, os desembolsos foram inferiores ao volume de recursos negociados. Os empréstimos eram negociados em parcelas e a interrupção dos desembolsos ocorria por decisão do Brasil (que rompia com a instituição) ou do FMI, que monitorava a economia brasileira e percebia que o País não estava cumprindo as metas estabelecidas. Durante a crise mexicana, em 1995, o Brasil pediu ajuda ao FMI, mas não estava pedindo dinheiro: queria apenas um aval, uma palavra positiva do FMI sobre a economia brasileira.

Breton Woods – O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado em 1944, em Breton Woods, para financiar países com graves desequilíbrios cambiais após a 2.^a Guerra Mundial. Na época, 44 países participaram da fundação do FMI. Hoje, 181 países são membros e o Fundo atua principalmente para financiar políticas de ajuste.

Países que precisam podem pedir ajuda, o que lhes permite obter custos menores de empréstimos. Os volumes emprestados diretamente pelo Fundo nem sempre são altos, mas o aval da instituição possibilita que outros países (como os Estados Unidos) participem financeiramente da ajuda. Das principais nações, apenas Rússia e China não participam do Fundo.

Existem dois tipos básicos

de empréstimo: stand by, oferecido de acordo com a cota de cada país, e geralmente de curto prazo; ou Extended Fund Facility (EFF), que prevê prazo de três anos, com desembolsos contínuos e monitoramento máximo do País pelo FMI.

As negociações podem ser de emergência, como as que envolvem os países asiáticos e a que foi feita com o México em 1994, e de rotina, como é o caso da negociação atual entre FMI e Argentina.

Mesmo nos acordos de emergência, contudo, o dinheiro só sai depois de extensas negociações (quatro a seis semanas, no mínimo). Os acordos negociados entre Brasil e FMI foram os seguintes:

■ **Juscelino Kubitschek** – As relações do Brasil com a instituição começam em 1958. O governo JK foi o primeiro a fazer um acordo com o Fundo e também o primeiro a romper com ela. O empréstimo seria de US\$ 200 milhões, mas as medidas acertadas com o FMI não foram

implementadas e o dinheiro não saiu. Em 1959, Juscelino suspendeu as negociações com o FMI. Ainda no seu governo, contudo, as negociações voltaram e o Brasil recebeu 37 milhões de Direitos Especiais de Saques (DES), a moeda do FMI. No acordo, o governo se comprometia a conter o excesso de crédito e a equilibrar o orçamento.

■ **Jânio Quadros** – Entre empréstimos novos e refinanciamentos dos atrasados, o Brasil recebeu US\$ 2,1 bilhões durante o governo Jânio Quadros. O dinheiro veio do Fundo, do Tesouro americano e de bancos particulares. Como garantia, o governo deu a produção de ouro de 1961 a 1962.

■ **Governo Militar** – Com Castelo Branco, o governo conseguiu um crédito de US\$ 125 mi-

lhões. O ministro Roberto Campos ofereceu, em troca, reforma fiscal, melhor controle das contas públicas com reajuste de tarifas e nova política salarial. Medidas para atrair capital estrangeiro também foram negociadas.

No governo João Figueiredo o Brasil negociou um acordo do tipo EFF. O valor negociado foi de aproximadamente US\$ 5,5 bilhões. Pouco mais da metade do dinheiro efetivamente chegou ao País. Em 18 meses de governo (1983 a 1985), o ministro Delfim Netto apresentou sete cartas de intenção ao Fundo. Em fevereiro de 1985, o FMI não aceitou sétima carta e suspendeu os desembolsos.

■ **José Sarney** – Em 1988, o ministro Mailson da Nóbrega solicitou ao Fundo um crédito de US\$ 1,4 bilhão e se comprometeu a reduzir o déficit público para 4% do PIB e obter superávit comercial de US\$ 13 bilhões. O FMI emprestou

US\$ 477 milhões.

■ **Fernando Collor de Mello** – Em janeiro de 1992, o FMI aprovou o programa de estabilização brasileiro, abrindo uma linha de crédito de US\$ 2 bilhões, que seria desembolsada em seis parcelas. Em 1990, a equipe econômica tinha tentado o acordo, que fracassou. A segunda negociação quase fracassa, desta vez por causa do chefe da delegação do FMI, que disse que o Brasil deveria alterar sua Constituição. Collor de Mello, na época, exigiu troca do executivo e o FMI acabou retirando-o da chefia da delegação. Pelo acordo, o Brasil se comprometia a alcançar uma inflação de 2% ao mês em dezembro. Em setembro, em função da crise provocada pelo impeachment do presidente, o programa foi suspenso.

GOVERNO JK
FOI O PRIMEIRO
QUE FECHOU
ACORDO